



EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA COMO PRÁTICA FORMATIVA E PROJETO INSTITUCIONAL: UM OLHAR A PARTIR DA PEDAGOGIA UNIVERSITÁRIA

FRANCIELE JACQUELINE GAZOLA DA SILVA
SANDRA MARA SANTOS ANDRADE
SUELI MAZZILLI

RESUMO

Este trabalho sintetiza os resultados parciais da pesquisa, desenvolvida desde 2009 em três universidades, que objetiva compreender a relação entre as práticas e políticas de extensão e a qualificação do trabalho docente. Partindo da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão como princípio fundador das universidades brasileiras, a pesquisa busca compreender como a prática extensionista pode promover a melhoria da qualidade do ensino. A metodologia qualitativa se desenvolve em dois momentos: inicialmente, levantamento de documentos institucionais que possibilitaram o entendimento de como tais instituições compreenderam a extensão e que práticas decorreram de tais concepções e, posteriormente, entrevistas semi-estruturadas com docentes que praticam a extensão. Utilizamos como referência as seguintes categorias teóricas: os conceitos de saberes e formação profissional docente, de Tardif; de extensão universitária, de Tavares; e o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, de Mazzilli. As análises desenvolvidas apontam a extensão como elemento de qualificação do trabalho docente e do ensino de graduação socialmente referenciado e seu reconhecimento na formação de professores e alunos, muitas vezes distanciado da potencialização das experiências por parte das instituições universitárias.

Palavras-chave: trabalho docente; extensão universitária, educação superior.

A presente pesquisa, iniciada em 2009 no Mestrado em Educação da Universidade Católica de Santos (SP - Brasil), tem como temática a qualificação do docente de ensino superior a partir de sua participação em atividades de extensão universitária. A escolha deve-se ao entendimento de que a função de extensão, embora pouco explorada, pode resultar em melhoria da qualidade do ensino quando atrelada ao ensino e pesquisa. Dito de outra forma, investigar a extensão é relevante porque ela possibilita a problematização do saber produzido e socializado, e a reflexão sobre o significado deste saber na vida social.

Considerando a importância da extensão universitária para o ensino superior, partimos da seguinte questão: a participação do professor universitário em atividades de extensão contribui para qualificar o trabalho do docente universitário?

Busca-se apreender que possibilidades de aprendizados decorrem da participação dos docentes do ensino superior em atividades de extensão comunitária e universitária e que repercussões essas práticas têm na qualificação do trabalho docente. Nesta empreitada, utiliza-se as seguintes categorias teóricas: os conceitos de saberes e formação profissional docente, de Tardif; de extensão universitária, de Tavares; e o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, na perspectiva de Mazzilli.

No desenvolvimento da pesquisa, tomamos o conceito de extensão como delineador de um projeto de universidade. A partir da indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão colocam-se para os docentes do ensino superior desafios e possibilidades, que podem enriquecer o trabalho docente.

Um importante marco histórico na formulação de uma idéia de universidade no Brasil ocorreu na década de 1980, quando da elaboração da nova Carta Constitucional brasileira, promulgada em 1988: o Fórum Nacional da Educação na Constituinte liderou a aprovação de uma emenda popular que formulava o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, como paradigma de uma universidade socialmente referenciada e expressão da expectativa de construção de um projeto democrático de sociedade, que se tornou o artigo 207 da Constituição brasileira: “As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão e obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”.

Contrapondo-se a este princípio, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9394/96 possibilita a implantação de um modelo de educação regulamentado pelos interesses e demandas do mercado ao possibilitar a criação de uma nova figura na educação superior brasileira: os centros universitários, que podem prescindir da pesquisa, valendo-se apenas do ensino. Esta foi a forma encontrada pelos legisladores para atender também, entre outros, os interesses do setor privado, posto que este modelo de instituição representa grande redução nos custos dos serviços oferecidos por estas instituições.

Do ponto de vista da legislação, portanto, convive-se no Brasil com dois modelos de instituições de ensino superior: as universidades, que devem atender aos preceitos da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e instituições de ensino superior que podem formar seus alunos apenas através do ensino, via de regra circunscrito ao aprendizado dos instrumentos para o exercício de uma profissão. Acompanhado esta iniciativa, são formuladas políticas de caráter regulatório que inauguram ações de controle e ajustamento a um modelo único de educação superior: a submissão da educação superior à demanda do mercado. (MAZZILLI, 2009, p. 10)

Embora constitucional e anunciado nos planos institucionais, nem mesmo nas universidades o princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão tem se

concretizado: continua imperando a fragmentação do trabalho docente entre ensinar, pesquisar e fazer extensão. O conceito de indissociabilidade como referência para a organização do trabalho pedagógico, no entanto, embora de difícil concretização face às condições políticas e estruturais da educação superior, tornou-se premissa para pensar e propor alternativas para esse nível de ensino, incorporando-se à história da universidade brasileira como contraponto aos modelos baseados na lógica do mercado.

A expressão ‘indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão’ consagrada pela Constituição de 1988, não deve ser considerada como uma fraseologia de efeito, mas como uma síntese atual da história educacional brasileira que aponta diretamente para a construção de uma universidade de um bom nível acadêmico, pública, autônoma, democrática, que se coloca a serviço da realização de uma sociedade independente e soberana científica, tecnológica e culturalmente, voltada para os interesses concretos da população brasileira. (PUCCI, 1991, p. 32)

A materialização da associação entre ensino, pesquisa e extensão, como argumenta Mazzilli (2005), é tarefa institucional, que se efetiva como resultado de ações coletivas - e não responsabilidade individual de cada docente - e tem no professor sua principal mediação, tanto na relação entre aluno e conhecimento como na concretização do projeto institucional. Para a autora, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão pode gerar um novo movimento no processo de produção e socialização do conhecimento na educação superior, ao relacionar dialeticamente o ensino (apropriação, pelos estudantes, dos conhecimentos historicamente produzidos pela humanidade), a pesquisa (produção de novos conhecimentos) e a extensão (intervenção nos processos sociais e identificação de problemas da prática que demandam novas pesquisas).

Considerando que a docência no ensino superior é tarefa complexa e que a formação para o exercício da docência no ensino superior exige o domínio da área de conhecimento que se ensina, associado ao conhecimento educacional e pedagógico, como argumenta Cunha (2010), que possibilita ao professor planejar, desenvolver e avaliar a ação educativa, este estudo buscou compreender e analisar como e onde o professor aprende a ensinar, a pesquisar e fazer extensão e, também, de que forma tais aprendizados possibilitam sua colaboração na associação destas atividades no projeto institucional, fomentando as práticas institucionais. Busca-se através da investigação em andamento analisar as possibilidades de aprendizados decorrentes da participação em atividades de extensão comunitária e universitária e entender as repercussões dessas práticas qualificação do trabalho docente, bem o impacto das atividades extensionistas nas políticas institucionais.

A pesquisa se utiliza dos conceitos teórico-metodológicos de totalidade, historicidade e contradições, do materialismo histórico, para uma análise da relação entre extensão e qualificação do trabalho docente. Por isso, partimos de uma reflexão acerca do papel da universidade brasileira, sob o foco da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, na qual a caracterização da extensão se coloca como recorte fundamental. Essa reflexão nos permitiu abordar a formação do professor universitário e produzir sínteses provisórias sobre a possível contribuição da extensão na formação dos docentes do ensino superior onde as contribuições acadêmicas sobre essa temática são escassas.

Para tanto, nos utilizamos da caracterização de Mazzilli (1996), que aponta a universidade como espaço de disputa de poder ideológico e político, pelo papel que desempenha na legitimação e consolidação dos projetos sociais, como responsável pela produção do conhecimento e pela formação dos novos dirigentes da sociedade.

A autora destaca que, apesar de ter historicamente servido aos interesses das elites dominantes, a universidade é também espaço que abriga e reflete o conjunto das contradições

da sociedade, por isso constitui-se em palco das disputas entre grupos que buscam hegemonia do poder, no embate de projetos entre diferentes concepções de sociedade.

É nesse movimento histórico que Mazzilli (2009, p. 22) situa, primeiramente a construção da extensão como produto da crítica à elitização da universidade e da produção e socialização do saber, formulada inicialmente na América Latina, a partir do movimento ocorrido na Universidade de Córdoba, em 1918, que se constituiu na principal fonte de contestação do papel social da universidade, o que permitiu a produção de propostas renovadoras para a universidade latino-americana:

O ideário deste movimento, proclamado no “Manifesto de Córdoba”, apresenta um conjunto de pleitos que se configuram como definição de uma nova identidade para a universidade, ao definir para que e para quem deve servir a universidade e como se realiza. Dentre as propostas apresentadas neste Manifesto e dele decorrentes, destaca-se a incorporação da extensão universitária como meio que possibilita concretizar o compromisso da universidade com o povo e fazer dela um centro por excelência para o estudo dos grandes problemas nacionais.

Inspirados por experiências da Bélgica e da França de criação de Universidades Populares cujo corpo docente era constituído por estudantes que davam aula para os trabalhadores de fábricas, sindicatos e escritórios, o Manifesto de Córdoba sintetizou aspirações ligadas a um projeto de classe.

Constituiu-se num acontecimento de muito maior amplitude e significado, pois demarcou a formulação de um novo paradigma de universidade: os princípios de autonomia, democratização do acesso e da gestão, financiamento e qualidade do trabalho acadêmico, que orientam essa proposta, dos quais decorrem seus detalhamentos, constituem-se na síntese que materializa a superação do paradigma até então vigente. (MAZZILLI, 2009, p. 22)

Uma das conseqüências apontadas pela autora é que a extensão torna-se função consagrada da universidade na legislação de praticamente todos os países do mundo a partir dos anos de 1920 e 1930. A extensão passa a ser reconhecida e legitimada como instrumento necessário para permitir socializar o saber que, até então, era exclusividade daqueles que freqüentam a universidade.

No Brasil, país em que a Universidade surge de forma tardia – na década de 30 do século anterior – Mazzilli (2009) destaca dois momentos importantes para pensar a extensão como elemento síntese de um projeto de universidade e sociedade. Trata-se de momentos de intensa mobilização social e disputas acirradas de projeto de sociedade, em que atores sociais buscavam construir um projeto de universidade socialmente referenciada visando, em última instância, a construção de um novo projeto de sociedade – o que evidencia o significado estratégico do princípio da indissociabilidade.

Os marcos citados pela autora na construção deste princípio, entendido como síntese de um projeto para a sociedade, são a Reforma Universitária de 1968 e a própria Constituição Federal de 1988. A primeira incorpora a extensão com o mesmo *status* que as outras duas funções, a partir das formulações elaboradas principalmente por Álvaro Vieira Pinto e Paulo Freire e das atividades de educação popular realizadas pela União Nacional dos Estudantes - UNE, na década de 60; já a incorporação do princípio da indissociabilidade na Constituição Federal tem estreita relação com a disputa da sociedade pela educação pública e socialmente referenciada, que no ensino superior brasileiro teve como ator social fundamental a ANDES – Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior, que sistematiza no início da década

de 80 um projeto de universidade que tem como premissa a consolidação de uma escola pública, gratuita para toda a população e referenciada em critérios como autonomia universitária e gestão democrática, aliados ao compromisso do Estado com o seu financiamento, apontando para a construção de um padrão unitário de qualidade para a universidade brasileira – e a associação entre ensino, pesquisa e extensão é justamente o critério pelo qual esta concepção de qualidade se orienta (ANDES, 1982).

A idéia de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão constitui-se pois como o centro de um projeto defendido e articulado pelo Fórum Nacional da Educação na Constituinte, que liderou a aprovação de uma emenda popular que formulava tal princípio como paradigma de uma universidade socialmente referenciada; é, portanto, a expressão da expectativa de construção de um projeto democrático de sociedade, concretizada no artigo 207 da Constituição brasileira.

Um embate mercadológico a essa concepção assenta-se, posteriormente, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (lei 9394/96), que regula a implantação de um modelo de educação referenciado pelos interesses e demandas do setor privado, possibilitando a criação da figura dos centros universitários, instituições que podem prescindir da pesquisa e extensão, valendo-se apenas do ensino, o que enxugaria os custos de serviços oferecidos nestas instituições. Do ponto de vista da legislação, portanto, convive-se no Brasil com dois modelos contraditórios de instituições de ensino superior.

A legislação é emblemática de uma contradição maior e de amplitude significativa, articulada mundialmente apesar de concretizada de diferentes formas em cada região e país: a crescente mercantilização dos direitos sociais, no contexto da chamada globalização econômica. Através da abertura ao setor privado como serviço e nicho mercadológico, impulsionada diretamente pelo Estado através de facilidades fiscais e tributárias e bolsas que financiam alunos e sustentam as instituições privadas, a educação deixa de aparecer como direito e torna-se serviço, a ser oferecido com a máxima competitividade. No setor público, o receituário neoliberal aplicado interfere fortemente na dinâmica das universidades, que desde o início da década de 90 sofrem cortes significativos nos orçamentos e bolsas de pesquisa, extensão, assistência estudantil, congelamento de salários e diminuição do quadro de funcionários, além da mudança no caráter das pesquisas, ligadas a uma forte pressão do setor privado, que tem como consequência o esvaziamento dos espaços de crítica e intervenção social.

As mudanças decorrentes do novo padrão de acumulação do capitalismo, na chamada globalização, envolvem não só transformações significativas nos sistemas de produção e de comunicação, mas também no próprio sistema educacional, no qual são implantadas novas formas de organização e gestão do trabalho docente.

É neste contexto que a universidade vivencia contradições significativas entre seus métodos e os modos de gestão do trabalho acadêmico, contradição que se revela na modificação exógena dos parâmetros de eficiência na gestão, na avaliação instrumental do ensino superior, na revisão das formas de financiamento e na racionalização de custos, dentre tantas questões recentes vivenciadas nas últimas décadas, e que têm impacto sobre o debate da extensão.

Um dos desdobramentos deste contexto, que é de nosso particular interesse, é que nem mesmo nas universidades o princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão tem se concretizado, embora constitucional e anunciado nos planos institucionais: continua imperando a fragmentação do trabalho docente entre ensinar, pesquisar e fazer extensão.

As novas problemáticas secundarizam questões centrais que justificariam a manutenção da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, dentre as quais a necessidade de políticas institucionais que anunciem os compromissos e ações da universidade diante dos problemas sociais; a importância de projetos coletivos de trabalho,

associando ações acadêmicas e administrativas; a avaliação institucional do trabalho realizado pela universidade, como instrumento de auto-conhecimento institucional; participação de todos os segmentos no processo de decisão e de avaliação do trabalho acadêmico; corpo docente com sólida formação científica e pedagógica, organicamente vinculada ao projeto da Universidade; além das condições materiais para a realização do projeto pretendido. (MAZZILLI, 2005).

Justamente por estar no centro das disputas sobre um modelo de universidade, o conceito de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão torna-se referência para a organização do trabalho pedagógico socialmente referenciado e premissa para pensar e propor alternativas para o ensino superior.

Tavares (1997) relaciona a importância da extensão para a formação ao fato de que a mesma articula ensino e pesquisa, a partir de uma concepção político-metodológica que privilegia as necessidades da maioria da população, sujeitos com os quais se produz conhecimento, diante de demandas concretas. Assim concebida, a extensão não seria uma atividade à parte ao ensino e à pesquisa, mas o momento de devolução e articulação do saber, constantemente revisto, no confronto com a materialidade da vida social. A extensão, nesta perspectiva, constitui-se em fator desencadeador do processo de ensino: os conhecimentos já produzidos, ao serem colocados em prática, evidenciam lacunas, que se transformam em problemas para pesquisa, fomentando a construção de novos conhecimentos, que serão adotados no processo ensino – pesquisa - extensão e assim sucessivamente, num movimento dialético.

A especificidade da extensão está justamente em ser este um espaço de ação pedagógica, intencional, focada na aplicação dos conhecimentos na prática social, como meio de disponibilizá-los em prol da solução de problemas que atingem a maioria da população - e na análise deste processo, situando-o a partir das suas causas, compreensíveis apenas se investigadas em suas implicações estruturais e conjunturais, plasmadas por múltiplas determinações.

Compreendida a função social da universidade a partir desta ótica, a formação profissional deixa de ser a razão de ser da universidade para transformar-se em consequência de uma formação integral do estudante, como cidadão conhecedor da realidade social, da cultura e dos problemas existentes, comprometido com a busca de soluções para sua superação e capacitado para fazê-lo através do seu trabalho.

A efetivação do princípio da indissociabilidade pode impulsionar um projeto contra-hegemônico e resgatar a função social da universidade brasileira, ao relacionar dialeticamente o ensino (apropriação, pelos estudantes, do conhecimento historicamente produzido pela humanidade), a pesquisa (produção de novos conhecimentos) e a extensão (intervenção nos processos sociais e identificação de problemas da prática que demandam novas pesquisas).

A formação para o exercício da docência no ensino superior comprometido com tal projeto de universidade e sociedade pauta-se na extensão, mas relaciona-se também a uma série de fatores a serem considerados. Tardif (2002) destaca como elementos fundamentais para a formação de docentes qualificados o domínio da área de conhecimento que se ensina associado ao conhecimento educacional e pedagógico, destacando a formação continuada como central aos processos permanentes de constituição dos saberes necessários ao trabalho docente, tendo como ponto de partida e chegada a reflexão coletiva sobre o trabalho realizado pela e na Universidade como um todo, e por cada docente em particular. Além disso, aponta que o pleno desenvolvimento profissional do professor universitário está intimamente relacionado a questões como a existência de um plano de carreira docente, bem como salário e condições de trabalho condizentes com a tarefa social do professor.

Essas condições permeiam o debate acerca da materialização da associação entre ensino, pesquisa e extensão. Trata-se de tarefa institucional, possível a partir de demandas e

projetos coletivos - e não responsabilidade individual de cada docente, e da disputa em torno de uma concepção de universidade e de sociedade.

No decorrer deste estudo, associamos a análise das aprendizagens de docentes sobre o ensino, a pesquisa e a extensão a uma reflexão sobre os processos formativos para a docência universitária, tanto inicial quanto continuada, concomitante a uma reflexão mais abrangente sobre o papel e a configuração da universidade na atual conjuntura.

O desenvolvimento da problemática envolveu algumas pesquisas de cunho qualitativo, desenvolvidas por pesquisadores da Universidade Católica de Santos (SP), Universidade Metodista de Piracicaba (SP) e Universidade Federal do Acre (AC), vinculadas à prática docente em cursos de graduação específicos e em projetos de extensão institucionais, como é o caso da investigação em andamento no Centro de Experimentação em Desenvolvimento Sustentável, na cidade de São Sebastião-SP, promovido pela Unisantos em parceria com a Petrobras. Os procedimentos metodológicos incluem levantamento documental das instituições e diálogos com sujeitos, através de entrevistas com professores universitários que atuam em atividades de extensão universitária.

Foi comum a todos os estudos reflexões acerca da constituição histórica da universidade e da construção da extensão como elemento de formação de professores e alunos e de interação entre universidade e sociedade. Num segundo momento, os pesquisadores passaram a investigar como cada instituição incorporou a extensão, através da pesquisa documental nas instituições.

Na fase atual do estudo, passamos ao momento de diálogo com os sujeitos, docentes que realizam atividades de ensino e extensão, que vem adotando como metodologia o envolvimento de todo o grupo de pesquisa no acompanhamento das entrevistas (e não só o pesquisador responsável pela coleta de dados). Este procedimento permite que os pesquisadores insiram questões, para obter dados mais concisos sobre como os docentes vêem a repercussão da extensão em seu trabalho e os aprendizados decorrentes da interseção dessas práticas – ensinar, fazer extensão, pesquisar.

Coerentes com a perspectiva qualitativa, rompemos deliberadamente com a inflexibilidade do método como referência básica de confiabilidade dos resultados. Esta opção nos permitiu inserir perguntas, ao longo das entrevistas, não previstas quando do planejamento da coleta de dados, ampliando o universo da pesquisa ao longo do processo, em função dos determinantes da própria natureza dos fenômenos estudados e do contexto de estudo. Temos empreendido esforços na análise dos dados, cientes do desafio de conduzir a pesquisa com o rigor necessário para a produção de conhecimento científico relevante. Outras entrevistas serão ainda realizadas, com vistas a obter mais informações dos sujeitos e enriquecer a pesquisa e a análise de dados.

A imersão dos pesquisadores no contexto, em interação com os participantes, foi opção fundamental para a apreensão dos significados atribuídos pelos sujeitos aos fenômenos estudados, sendo fator importante em nossa investigação.

Tendo como paradigma teórico o materialismo histórico, esta pesquisa se ancora no modelo dialético, que incorpora, no dizer de Franco & Ghedin (2008), o caráter sócio histórico e dialético da realidade social, compreende o ser humano como criador e transformador de contextos que estão plenos de múltiplas determinações, resultado das contradições do próprio sujeito.

Desta forma, com base numa abordagem qualitativa de pesquisa, pudemos percorrer as etapas metodológicas: (1) a delimitação da problemática com a definição dos limites dentro dos quais se desenvolverá a pesquisa e o raciocínio dedutivo (Saviani, 2002); (2) o resgate crítico da produção teórica sobre a temática, com análise das diferentes perspectivas de estudo, das contradições históricas em torno do tema e de como foram superadas, das rupturas que possibilitaram novas perspectivas teóricas e da contribuição que se pretende alcançar com

a atual pesquisa; (3) o levantamento de dados, a partir dos conceitos e categorias de estudo explicitadas, visando obter uma visão geral do fenômeno a ser estudado, por meio da imersão dos pesquisadores no contexto, com focalização das questões significativas para a pesquisa, identificação dos participantes e de outras fontes de dados, por meio de estratégias diversas como levantamento documental sobre o histórico dos programas e projetos de extensão e sua inserção na extensão no Projeto Político Pedagógico da Universidade; (4) entrevistas semi-estruturadas visando aprofundar o conhecimento sobre a experiência do professor na extensão e o impacto desta experiência em sua atuação docente na graduação.

A partir do resgate crítico da produção sobre extensão e do levantamento de dados documentais, percebemos que o histórico de extensão nas universidades revela o que Guimarães (1997, p. 56) chamou de dupla origem de nossa extensão, sendo a primeira a vinculada ao compromisso com as camadas populares, e a segunda com a finalidade de disseminar os conhecimentos e pacotes tecnológicos – de início, aos pequenos agricultores. “De alguma forma, a história da extensão brasileira tem em seu bojo essa dupla origem: ora se caracterizando por voltar-se aos movimentos populares, ora se afirmando como disseminadora do conhecimento produzido pela universidade.”

A ação das universidades teve essa contradição como marca, trazendo à tona práticas também contraditórias: algumas práticas institucionais permitem aos professores um conhecimento da extensão, que repercute positivamente em sua atuação na universidade, concorrendo com outras experiências que reduzem a extensão à prestação de serviços, incluindo-se aí ações não reconhecidas pelos professores – ou pela própria instituição – como extensão universitária, impactando muito pouco num projeto educacional emancipatório, limitando o papel que a universidade poderia cumprir na relação com as camadas desprivilegiadas socialmente.

Fica evidente a fragmentação que impera na universidade, consolidando uma cultura na qual o saber tem função instrumental e imediatista, esvaziando o sentido da extensão, que impulsiona a construção do conhecimento como instrumento de emancipação humana, que deve ter significado e sentido para todos.

Outra percepção é o descolamento de práticas individuais e institucionais: mesmo projetos reconhecidos pelas instituições são realizados sem acompanhamento das instâncias colegiadas das instituições, apesar da complexidade inerente à prática extensionista. Tal realidade remete a outra contradição: sem apoio institucional, tais ações ficam vinculadas a iniciativas pessoais, que trazem pouco ou nenhum reconhecimento em termos de carreira docente, refletindo-se na intensificação do trabalho de professores e no pouco incentivo à participação de alunos.

Percebemos que o não reconhecimento do trabalho docente nas atividades de extensão parece estar atrelado à desvalorização institucional e política dessa prática, cujo fomento por parte dos órgãos reguladores da educação superior é mínimo, bem como das instâncias das próprias universidades, ressalvadas suas particularidades.

Considerando, pois, o histórico da extensão e sua contribuição para um projeto de universidade socialmente referenciado, evidencia-se a necessidade de um incremento das políticas de fomento, tornando real seu status jurídico, consolidado no artigo 207 da Constituição Federal, no qual constam a autonomia universitária e a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão como matriz conceitual da universidade brasileira.

Referências

ANDES-SN. Proposta das AD's e da ANDES para a Universidade Brasileira. **Cadernos da ANDES**. Juiz de Fora, MG: ANDES, nº 2, 1982.

CUNHA, Maria Isabel (org.). **Trajetórias e Lugares de Formação da Docência Universitária: da perspectiva individual ao espaço Institucional**. Araraquara: Junqueira & Marin; Brasília: CAPES: CNPQ, 2010.

FRANCO, Maria Amélia Santoro, GHEDIN, Evandro. **Questões de método na construção da pesquisa em educação**. São Paulo, SP: Cortez, 2008.

GUIMARÃES, Ana Maria de Mattos. Extensão Universitária como Reconfiguração de Saberes. In: LEITE, Denise e MOROSINI, Marília (orgs). **Universidade Futurante: Produção do Ensino e Inovação**. Campinas: Papirus, 1997. P. 47-62.

MAZZILLI, Sueli. **Orientação de Dissertações e Teses: em que consiste?** Araraquara, SP: Junqueira & Marin; Brasília, DF: CAPES, 2009.

_____. Notas sobre o trabalho docente no ensino superior num projeto de universidade socialmente referenciada. **Revista Leopoldianum**. Santos, SP: Universidade Católica de Santos, ano 31, n. 83-84-85, p. 145-156, jan/dez.. 2005.

_____. **Ensino, pesquisa e extensão: uma associação contraditória**. São Carlos, SP: UFSCar, 1996. 220 p. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em Educação, centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 1996.

PUCCI, Bruno. A indissociabilidade entre Ensino Pesquisa e Extensão. **Impulso**. Piracicaba, SP: UNIMEP, 1991, p. 33-42.

SAVIANI, Dermeval. A pós-graduação no Brasil: pensando problema da orientação. In: BIANCHETTI, Lucídio; MACHADO, Ana Maria Netto. (orgs.). **A bússola do escrever: desafios e estratégias na orientação de teses e dissertações**. Florianópolis, SC: Ed. da UFSC; São Paulo: Cortez, 2002. P. 135-163.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

TAVARES, M. G. M. **Extensão universitária: novo paradigma de universidade?** Maceió, AL: Edufal, 1997.